



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM NORTE DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA nº. 91/2021

Montes Claros, 01 de julho de 2021.

PARECER ÚNICO - PU DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO			
PROCESSO SLA nº:	2823/2021	SITUAÇÃO:	Sugestão Pelo Deferimento
EMPREENDEDOR:	Janildo Pereira Amorim	CNPJ:	503.329.886-00
EMPREENDIMENTO:	Janildo Pereira Amorim	CNPJ:	503.329.886-00
MUNICÍPIO(S):	Rio Pardo de Minas/MG	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio.			
Coord. (Geográficas/UTM): LAT/Y: 15°33'44,947" S - LONG/X 42°19'40,909"W (Sirgas 2000)			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE:	CRITÉRIO LOCACIONAL:
A-02-07-0	Lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento	2	1
A-05-06-2	Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção	2	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	

AUTORIA DO PARECER:	MATRÍCULA:
Gilson Souza Dias Gestor Ambiental Diretoria Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM NM	0.943.199-0
De acordo: Sarita Pimenta de Oliveira Diretor(a) Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM NM	1.475.756-1



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Souza Dias, Servidor(a) Público(a)**, em 01/07/2021, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sarita Pimenta de Oliveira, Diretor(a)**, em 27/07/2021, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **31687619** e o código CRC **DFE36F6F**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada-Relatório Ambiental Simplificado – LAS/RAS nº 091/2021

1. Introdução e caracterização do empreendimento

O empreendimento **Janildo Pereira Amorim**, em fase de instalação a iniciar, exercerá suas atividades em área arrendada na zona rural do município de Rio Pardo de Minas-MG, na fazenda Ribeirão. Para acesso à área, saindo da cidade de Taiobeiras, segue pela LMG 602 por 30 km, virá-se a esquerda por estrada vicinal, seguindo 9,5 km até o povoado de Ribeirão. Após esse percurso, continua por mais 6,5 km chegando até o local. O endereço de correspondência é rua Santo Antônio, nº 280, bairro Sagrada Família, Taiobeiras-MG, CEP 39.550-000. Em 09/06/2021 entrou com documentação para formalizar na SUPRAM NM, processo de LAS/RAS, para as atividades de **A-02-07-0, lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento (50.000 t/ano)** e **A-05-06-2, disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção (250.000 m³)**, nos termos da Deliberação Normativa nº 217/2017, sendo enquadradas na Classe 2, com Potencial Poluidor/Degradador M e Porte P. O empreendimento possui critério locacional “localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECav-ICMBio.”

As atividades, objeto deste licenciamento, justificam a adoção do procedimento simplificado. O empreendedor apresentou declaração da prefeitura municipal de Rio Pardo de Minas, informando da conformidade do empreendimento com as legislações municipais de uso e ocupação do solo.

O uso e ocupação do solo da área afetada pelos impactos diretos do empreendimento são representados pela existência de atividades minerárias.

Imagem 1: Uso e ocupação do solo/Fonte: SLA/Sisema



O empreendedor informa que o empreendimento encontra-se em área de bioma Cerrado, com



remanescente de formações vegetais nativas de Cerrado. Está em área que não possui recurso hídrico superficial.

O empreendimento possui Cadastro Ambiental Rural (CAR) MG-3155603-03A0.D336.B22C.45EE.BDA5.7222.B39C.1A1B, com área total de 110,2077 ha, 26,1870 ha de área de Reserva Legal, 84,7696 ha de vegetação remanescente e 25,4379 ha de área consolidada, com matrícula de nº 11.487, livro 2 RG, folha 01, do cartório de Rio Pardo de Minas. Foi apresentado comprovante de propriedade em nome do sr. Daniel Mendes Teixeira e autorização do mesmo para que o sr. Janildo Pereira Amorim extraia quartzo por 10 anos em sua propriedade. O RAS cita que a área total do empreendimento é de 6,5702 ha, que corresponde também a área de lavra e a ADA do empreendimento. No Ras, é citado que haverá a instalação de um contêiner que servirá como estruturas de apoio para abrigar equipamentos, refeitório e banheiros químicos.

O empreendimento contará com um número total de 10 funcionários, sendo 09 no setor de produção e 01 do setor administrativo, trabalhando em 01 turno de 8 h por dia, 5 dias por semana em 12 meses do ano

O empreendimento possui processos de licenciamento mineral da Agência Nacional de Mineração-ANM de números 831.803/2018 e 831.804/2018, requerendo 50 ha cada para a mineração de quartzo.

A produção funcionará com desmonte mecânico com lavra em bancada a céu aberto sem beneficiamento no empreendimento, ocorrendo apenas a classificação, com o minério sendo armazenado ao ar livre. A disposição definitiva de estéril será em cavas e parte do material será utilizado na manutenção de vias de acesso e estradas vicinais. Existem estradas internas para transporte do minério.

O sistema de drenagem do empreendimento (áreas de lavra e apoio) será composto por canaletas no solo e diques filtrantes. A destinação da água será em bacias de decantação.

O empreendimento não possuirá oficina mecânica e posto/unidade de abastecimento de combustível.

Os equipamentos utilizados serão: 01 escavadeira, 01 pá carregadeira, 01 rompedor hidráulico, 01 caminhão e 01 peneira de classificação. Os materiais e insumos a serem utilizados serão: combustível (3.000 l/mês de diesel), lubrificantes (20 l/mês), marretas de 03 kg, 05 kg e 10 kg (10 no total), botas, luvas, perneiras, máscaras e óculos.

O empreendimento fará extração de 36.000 t/ano de minério para produção de quartzo industrial, com avanço de área de lavra em 0,9 ha/ano. A produção gerará 20 t/mês de rejeito. A mina possui vida útil de aproximadamente 10 anos com 360.000 tonelada de reserva mineral.

O empreendimento possui Autorização para Intervenção Ambiental – AIA de nº 2100.01.0051321/2020-90, para supressão da cobertura vegetal nativa, com destoca para uso alternativo do solo de 6,5702 ha nas coordenadas SIRGAS 2000 23 L X 786.796 e Y 8.277.180, para instalação de mineração a céu aberto em área de Cerrado, no município de Rio Pardo de Minas, ocorrendo geração de 141,892 m³ de lenha de floresta nativa.

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1. Análise de Impactos e Medidas Mitigadoras

Os impactos ambientais inerentes as atividades de **A-02-07-0, lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento e A-05-06-2, disposição de estéril**



ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção e respectivas medidas mitigadoras, são:

2.1.1. Uso da água: Consumo humano (consumo médio de 1,5 m³/dia) e aspersão de vias (consumo médio de 3 m³/dia) e consumo médio mensal de 54 m³. A água será proveniente de concessionária local.

2.1.2. Desaguamento da mina: Não haverá, pois a mina será seca, não havendo infiltração de água subterrânea ou uso de água do processo de lavra no interior da mina.

2.1.3. Processos erosivos: Ocorrerá erosão laminar. **Medidas mitigadoras:** Construção de canaletas laterais, associadas a diques de contenção/decantação, devendo ser introduzidos anteparos vegetais ao longo da área da praça de manuseio, carregamento, do tanque de decantação, estradas e demais pontos desprovidos de coberturas vegetais.

2.1.4. Efluentes líquidos: Serão gerados 0,01 m³/dia de efluentes líquidos, proveniente de sanitários químicos. **Medidas mitigadoras:** Será instalado sistema de biodigestor nas coordenadas (em Sirgas 2000) X 785.576 W / Y 8.278.360 S. Foi solicitada informação complementar no SLA sobre coleta de óleo e efluentes oleosos feita por terceiros que era citada no RAS. Foi feita correção em novo RAS em que é citado que não gera esse tipo de efluente.

O monitoramento do sistema ocorrerá conforme o quadro abaixo:

Tabela 1 – Monitoramento de efluentes líquidos		
Sistema / Locais de amostragem	Parâmetros Analisados	Periodicidade
Sistema de Tratamento de esgotos sanitários;		
Entrada: efluente bruto;	Temperatura, pH, DBO, DQO, Sólidos suspensos totais, Sólidos sedimentáveis.	Anual, devido ao uso do sistema por poucos contribuintes, sendo quantitativamente insignificante
Saída/Sumidouro: efluente tratado		

Oriento para que seja garantido, em sistemas de tratamento de efluentes sanitários com lançamento previsto em vala sumidouro, o que se segue:

- Correto dimensionamento do sistema biodigestor e vala sumidouro, conforme ABNT/NBR pertinentes;
- O sistema deve atender esgotamento (efluentes) de natureza sanitária, sem aporte de caixa SAO ou efluentes industriais;
- Realizar manutenções/limpezas periódicas, de acordo com manual do fabricante ou



orientações do projetista;

– Sendo o efluente de natureza sanitária, o sistema deverá ser corretamente dimensionado, incluindo a vala sumidouro, em conformidade com as normas técnicas NBR/ABNT pertinentes e que as manutenções e limpezas sejam realizadas corretamente para que o sistema responda conforme fora projetado, dentro das especificações técnicas, cabendo ao empreendedor e responsável técnico a garantia de tais ações e do pleno funcionamento do sistema.

2.1.5. Emissões atmosféricas: Serão gerados materiais particulados (poeira) e gases veiculares. **Medidas mitigadoras:** Cascalhamento de vias, manutenção periódica de veículos e máquinas além da umectação de vias.

2.1.6. Resíduos sólidos: Haverá a geração de papel (3 kg/mês), papel de uso sanitário (5 kg/mês), plástico (3 kg/mês), sucata (8 kg/mês), vidro (1 kg/mês), madeira (10 kg/mês), estopas (0,5 kg/mês), matéria orgânica (5 kg/mês) além de estéril/rejeito. **Medidas mitigadora:** Para o rejeito/estéril manutenção de vias de acesso e preenchimento de cavas. Para resíduos orgânicos e resíduos não recicláveis, destinação a aterro municipal. Para resíduos recicláveis, destinação a cooperativas/associações de recicladores. O Ras informa que em caso de manutenção esporádica das máquinas na área de extração mineral, esses materiais serão destinados às empresas da cidade (oficinas e postos de abastecimento) que contam com destinação adequada de resíduos.

2.1.7. Ruídos: Haverá geração de impactos gerados por veículos, máquinas e equipamentos. **Medidas mitigadoras:** Realização de manutenção periódica do maquinário. Segundo o Ras, não haverá explosões no empreendimento.

2.1.8. Impactos sobre a qualidade das águas superficiais e subterrâneas: Não haverá segundo o Ras.

2.1.9. Impactos socioeconômicos: Contratação de prestação de serviços, geração de emprego e incremento na renda municipal. São impactos positivos não necessitando de medidas mitigadoras.

2.1.10. Outros agentes causadores de impactos ambientais:

* Alteração da topografia e da paisagem. **Medidas mitigadoras:** Obras de terraplenagem,

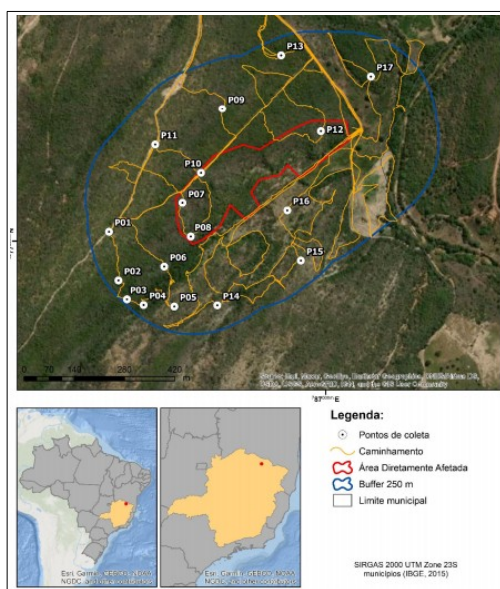


implantação de sistemas de drenagem pluvial e revegetação das áreas com solo exposto.

* Flora: O principal impacto desse aspecto se refere à supressão da vegetação. **Medida mitigadora:** No que se refere a intervenção, será gerada uma alteração no microecossistema que será posteriormente recuperado conforme o Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, já aprovado pelo IEF.

2.1.11. Espeleologia: Segundo o relatório de prospecção espeleológica feito pelo responsável técnico Marcos Aurélio Alves de Oliveira, ART nº MG20210309622, o trabalho foi realizado em toda a Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento e em seu entorno imediato de 250 metros (buffer). Durante o caminhamento, foram levantados 17 pontos de observações espeleológicas e percorridos 17,6 km em dois dias de campo (dias 17 e 18/11/2020) e os trabalhos foram realizados por um engenheiro florestal e dois auxiliares. Os estudos apresentados atestam que não há ocorrências espeleológicas na ADA e entorno de 250 metros da Fazenda Ribeirão e a equipe presente nas campanhas de campo não observou áreas com feições cársticas ou quaisquer indícios para ocorrência de cavidades. Após análise do estudo apresentado, o mesmo foi validado pois atende a IS e não foram observadas cavidades.

Imagem 2: Caminhamento da prospecção espeleológica./Fonte: Las/Ras



3. CONCLUSÃO

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) estudos e informações complementares, sugere-se o **deferimento** da **Licença Ambiental**



Simplificada ao empreendimento “**Janildo Pereira Amorim**” para as atividades de **A-02-07-0**, lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento e **A-05-06-2**, disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção, no município de **Rio Pardo de Minas-MG**, pelo prazo de **10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos I e II deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Janildo Pereira Amorim”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença.
2	Apresentar relatório fotográfico comprovando a aspersão de vias para mitigação de emissões atmosféricas.	Anualmente, durante a vigência da licença.
3	Apresentar comprovantes de manutenção de veículos e maquinários para mitigação de emissões atmosféricas e ruídos.	Anualmente, durante a vigência da licença.
4	Apresentar relatório técnico/fotográfico comprovando a implantação do Plano de Recuperação da Área Degradada – PRAD da ADA do empreendimento.	Anualmente, durante a vigência da licença.
5	Informar à SUPRAM NM sobre o encerramento das atividades, caso ocorra antes do vencimento da licença.	Durante a vigência da licença.

*** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

IMPORTANTE

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Janildo Pereira Amorim”

Rua Gabriel Passos, nº 50. Centro. Montes Claros-MG. CEP: 39.400-112
Telefone: (38)3224-7500



1. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, anualmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Resíduos				Transportador		Destinação final			Quantitativo total do semestre (tonelada/ semestre)			Obs.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade destinada	Quantidade gerada	Quantidade armazenada	
							Razão social	Endereço completo				
(*)1 – Reutilização						6 – Coprocessamento						
2 – Reciclagem						7 – Aplicação no solo						
3 – Aterro sanitário						8 – Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)						
4 – Aterro industrial						9 – Outras (especificar)						
5 – Incineração												

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

1.1 Observações

a) O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.

b) O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem



como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

c) As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.

d) As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.